

“Das páginas lascivas do romance”: recepção do gênero pela crítica acadêmica paulista (1847-1869)

Natália Gonçalves de Souza Santos (UFV)¹

Considerações iniciais

Este artigo é um recorte do projeto de pesquisa intitulado “Caminhos do comparatismo nas folhas acadêmicas da São Paulo oitocentista: vozes dissonantes”, cujo objetivo principal é compilar e compreender as posições críticas do que se pode chamar de segunda geração romântica, dispersas em jornais e revistas, em sua maioria disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, diante do debate em torno do processo de constituição da literatura brasileira. A fim de organizar essas posições, recorresse aos nascentes estudos de literatura comparada, chamados à época de estudos de literaturas estrangeiras, os quais os jovens acadêmicos acessavam por meio do periodismo europeu, e que podiam funcionar como catalisadores de encaminhamentos mais cosmopolitas frente ao nacionalismo hegemônico. Nessa esteira, reflete-se acerca dessa mesma questão em torno do romance, por meio de artigos publicados entre 1847 e 1871 – ampliando, portanto, a data que vem manifesta no título deste texto, na imprensa paulista, e que se ocuparam prioritariamente desse gênero, seja com o objetivo de conceituar, fazer um panorama das obras do momento e/ou histórico do gênero, ou analisar mais detidamente um autor ou obra.

Antes de apresentar e problematizar um conceito de romance corrente naquele espaço e observar como os críticos-estudantes buscavam avaliar esse gênero tão desafiador, apresenta-se alguns dados iniciais. Ao longo da pesquisa, foram considerados trinta e cinco periódicos, nos quais foi possível encontrar cento e cinquenta e seis textos que, grosso modo, poderiam ser tomados como ‘crítica literária’. Desse total, apenas dezessete se ocupam do romance de forma destacada. O que evidencia, como se sabe, o longo percurso da prosa para se firmar entre os literatos brasileiros. Nesse sentido, é interessante destacar que, nos aproximadamente vinte anos observados, nota-se uma concentração dos artigos dedicados ao romance na primeira metade da década de 1860, o que coincide com o aparecimento de obras nacionais mais robustas, como as de José de Alencar. Não causa espanto, então, que dos artigos de cunho monográfico, a

¹ Professora de Literatura no Departamento de Letras da UFV, doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada (USP). Este artigo é oriundo do projeto “Caminhos do comparatismo nas folhas acadêmicas da São Paulo oitocentista: vozes dissonantes”, financiado pela FAPEMIG (Demanda Universal) e contou com a colaboração dos estudantes de graduação Anna Giulia Cardoso Grossi e Luís Otávio Nascimento Rocha.

maioria se ocupe dele. Assim, temos quatro artigos exclusivos para obras de Alencar, seguido pelo acadêmico Stockler de Lima e seu romance *Amélia*, de 1864 e, em terceiro lugar, George Sand, única estrangeira a figurar nos primeiros lugares.

Nessa rubrica de ‘O que liam/resenhavam os acadêmicos’, vale destacar que boa parte das análises se debruçava sobre livros produzidos pelos membros daquela comunidade, respaldando o caráter endógeno já apontada por Antonio Candido (2006a) e Vagner Camilo (1997). Assim, ao lado de obras que entraram para o cânone, como *Iracema*, de Alencar, temos outras que caíram no esquecimento, como *Um amor fatal* (1868), de Sabbas da Costa ou *O Sacrifício* (1861), de Francisco da Luz. O fato de ser uma crítica entre pares não isentava a ocorrência de juízos muito negativos, até mesmo escarnecedores, o que frequentemente desencorajava a continuidade da carreira literária do autor desqualificado.

Um conceito de romance

Dos três eixos propostos para organização desses dezessete artigos, o que conta com maior número de exemplos é o terceiro. No entanto, analisa-se, inicialmente, a segunda maior ocorrência, a dos artigos que se propuseram a conceituar o romance, pois contribuirá para perfazer o seguinte movimento: à luz do conceito mais corrente entre os acadêmicos, lança-se uma reflexão acerca do funcionamento dos critérios analíticos comumente empregados nas análises.

Características como a elasticidade e o caráter englobante do romance podem interligar, de certa forma, os comentários de intelectuais contemporâneos, como Ian Watt (2010), às reflexões de Almeida Pereira, no artigo ‘Breves considerações sobre o romance’, que foi publicado nos *Ensaaios literários*, em 1847, marco inicial da pesquisa. Assim começa Pereira (1847, s. 1, n. 2, p. 3):

Na árvore literária germina um ramo, que cheio de seiva tende a aniquilar-lhe o tronco, e sobressair aos outros, que secos e velhos parecem ceder-lhe o lugar; este é o romance. Raro e pouco conhecido no passado e apenas apreciado pela sua raridade, este gênero de literatura tem hoje invadido o mundo literário e enchido os seus arquivos. Usurpador, porque a usurpação é sua essência, e o espaço e o tempo o seu domínio, ele tem descido à pintura de tudo que a imaginação e a reflexão pode criar e produzir. Poético e colorido exerce sua ação sobre tudo que o coração refletiu e deu à luz do dia: abstrato e analista é o psicólogo, que indaga e examina os fenômenos da natureza humana.

Ao comentar esse artigo em seu estudo sobre os *Ensaaios Literários*, Helder Garmes (2006) aponta para a acuidade do pensamento de Pereira, traço que por vezes falta aos exercícios críticos que vicejaram na imprensa acadêmica daqueles tempos. Ressalta-se a

percepção da dimensão temporal presente no trecho lido, que contribui diretamente para a análise das mais variadas experiências humanas, em um extrato psicológico, contribuindo para a ideia de um amadurecimento das personagens romanescas.

No entanto, no trecho, o que mais interessa é o termo ‘usurpação’, apontado como cerne do gênero e que sugere sua capacidade de apropriar-se dos traços dos outros, vindo, talvez, a lhes sufocar. Na citação, podemos localizar, por exemplo, a plasticidade da poesia e as categorias do espaço e do tempo, que podem ser associadas à dramática, mas também à épica.

Essa interface com o gênero épico e a ideia de usurpação aparecem, mais uma vez, no artigo de Ramos Mello, de 1864, que, embora seja mais analítico – no caso, da obra *Diva*, de Alencar – do conceitual, não deixa de esboçar uma definição. Para ele:

As imagens, verdadeiro distintivo da poesia, são a primeira qualidade que deve ter um romance como produção dessa espécie de arte. Depois seguem-se as regras do gênero épico, de que ele não é senão uma variedade: a ação com o competente conflito, traduzido às vezes no diálogo, a pintura dos caracteres, as descrições, etc. (MELLO, 1864, 2ª s, n. 5, p. 90)

Para amparar-se em argumento de autoridade, o articulista explica, em nota de rodapé, que considerar o romance como uma variedade da épica “é opinião de Hegel.” E complementa: “Com prazer aplaudimos as palavras do moderno crítico português (Lopes de Mendonça) quando, citando Edgar Quinet, diz ‘A diferença do romance e da epopeia é a mesma que a do homem e da humanidade’” (MELLO, 1864, 2ª s, n. 5, p. 90), o que sugere o entendimento de que o romance se presta a individualizar os assuntos dos quais trata.

Crítérios analíticos

Dado que o romance reúne traços de todos os outros gêneros literários, torna-se, como mais de um acadêmico relata, um desafio analítico, uma vez que ele não se enquadra nos antigos códigos poéticos, até certo ponto abolidos pelo romantismo. Qual seriam então os critérios a partir dos quais se pautar para julgá-lo? Nos dez artigos com pendor acentuadamente analítico considerados, nota-se que os estudantes-críticos procuravam, à maneira do seu próprio objeto, combinar critérios analíticos dos diferentes gêneros. Assim, frequentemente se comenta se o romancista é hábil na construção de um enredo instigante e de diálogos vivazes, como os de Eugene Sue ou Alexandre Dumas, por exemplo. Se há unidades de ação, pensamento, mas também de tempo e lugar ou se apresenta plasticidade, como é o caso de José de Alencar.

Esse procedimento pode ser mais ou menos bem-sucedido, a depender da visão do articulista. Sabemos, por exemplo, da sólida formação clássica dos nossos românticos, como

atestam os trabalhos de Acízelo de Souza (1999) e Eduardo Vieira Martins (2005), o que pode ocasionar uma utilização algo fixa desse aparato, contrastando com o caráter movediço do romance. Um exemplo é a apreciação da obra *Um amor fatal*, de Sabbas da Costa, redigida por Cezário dos Santos e estampada na *Imprensa acadêmica*, em 1868: “O sr. Sabbas sacrificou ainda a unidade de ação. O seu romance ora passa-se aqui, ora acolá. Com a facilidade do voltar da página, assim o romancista muda de ação” (SANTOS, 1868, n. 6, p. 2).

Essa propensão aristotélica também pode ser entrevista nos comentários acerca da obra *O sacrifício*, de Francisco da Luz, feitos por Z. A. Pamplona:

O autor de um poema tem por principal fim cativar a simpatia do leitor para o seu protagonista, e na hipótese do que trato deve se esforçar em inspirar por ele comoção e dor; entretanto à página 68 se oferece uma carta do amante desventurado nestes termos: ‘Agora, leitor, mais outra carta. Tenha paciência que é bom para a vista’.

É compreender muito pelo avesso o emprego do faceto. (PAMPLONA, 1861, n. 3, p. 20)

As alardeadas pretensões hugoanas parecem não ter abalado as convicções desse jovem acadêmico. Por ser turno, o romancista Antonio da Luz usou o artifício das cartas para promover não só a mescla de estilos, mas análises dos mais variados assuntos, caso da inserção de uma próxima carta que indigna ainda mais Pamplona (1861, n. 3, p. 21):

Na continuação do seu romance dá o senhor Luz ao leitor umas cartas do amante infeliz longe da mulher idolatrada, cartas escritas a um amigo; nelas o desventurado mancebo lembra com dor os seus dias de ventura e esperanças, e lastima a impossibilidade de sua união com o ser que mais adora. Há sentimento e poesia nessas cartas; mas o que vem a fazer aí arrazoados sobre a escravatura no Brasil? É um episódio extravagante esse das cartas.

Esse caráter extravagante é justamente o que diversos escritores estavam buscando desde, ao menos, o aparecimento da obra *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* (1796), de Goethe. Porém, ao conservar aparatos provenientes de matiz clássico, como as unidades e a separação mais estrita de estilos, a avaliação dos romances acaba sendo com frequência negativa. Cabe dizer que esses dois exemplos são separados por sete anos, o que sugere certa perenidade dos critérios.

Por outro lado, também há casos em que a utilização de conceitos já conhecidos adequa-se à obra analisada. É o que faz pensar o seguinte comentário feito em 1864, na *Revista Mensal do Instituto Científico*, acerca da *Diva*, de José de Alencar. Para Ramos Mello, no enredo alencariano, “não há episódios supérfluos, todos eles concorrem para a unidade da obra, todos comunicam os *fulgores da beleza* ao perfil que alindam e completam. As minuciosidades não tem aqui entrada; figura a realidade, mas somente enquanto ela serve à ideia” (MELLO, 1864, n. 5, p. 92, grifos do autor).

A verossimilhança e as escolas

Para além da preocupação com um enredo aristotelicamente construído, no viés do gênero dramático, há ênfase no que se refere à ‘realidade’, ou seja, a verossimilhança, traço marcante e, para alguns, diferenciador da configuração do romance moderno. A verossimilhança se apresenta como um critério bastante comum nos artigos aqui analisados. Com frequência, os articulistas rechaçam lances considerados ultrarromânticos, ou seja, exagerados, sem lastro referencial. Dessa forma, pode-se compreender a predileção por uma obra como a de Alencar, isso sem considerar o manejo do autor, possivelmente maior do que a de seus antigos colegas.

Conhecemos a predileção realista dos nossos românticos, que viam no romance, como pontuado por Candido (2006b), uma oportunidade de documentar o território brasileiro, ainda tão desconhecido. E isso também está presente na crítica elaborada pela nossa segunda geração, à princípio mais livre desses engajamentos nacionalistas. Na verdade, a leitura do *corpus* sugere um gradativo afastamento de uma vertente mais imaginativa do romance ou, se não um afastamento, ao menos um descrédito. O traço mais ou menos verossímil de uma obra é discutido pelos acadêmicos por meio do estabelecimento de uma dicotomia, aliás, bem típica daquele meio escolar, como já apontaram Garmes (2006) e Candido (2006b), e que consiste na tentativa de enquadrar as obras em duas escolas. Procedimento muito aceito, pois que presente em metade dos artigos lidos, torna-se interessante observar que essas escolas-etiquetas vão mudando nesses quase vinte anos.

No artigo de 1847, já encontramos a distinção entre ‘romance histórico’, à maneira de Walter Scott, e ‘romance de imaginação’, que é, para Pereira, “uma pura concepção do espírito, sem tipo real” (1847, n. 3, p. 4). O autor explica que cada uma delas tem o seu valor, embora a histórica seja destinada às classes superiores, mais aptas a compreenderem e apreciarem cenas construídas a partir de fatos históricos. A segunda, porém, tem função social importante, pois,

Profundo às vezes ventila questões controvertidas e de interesse social: lembra meio de extirpar da sociedade e sanar as chagas vivas que corroem-lhe o coração auxiliando em sua tarefa árdua e nobre os verdadeiros filantropos, que pugnam pela causa da humanidade animando cristãmente a classe proletária em seus duros misteres e em seus trabalhos diurnos. (PEREIRA, 1847, s. 2, n. 1, p. 10)

Nota-se, então, que o ‘romance de imaginação’ também tem seus compromissos de viés horaciano, ocupando-se em distrair as classes laboriosas de sua dura realidade, enquanto inspira seu aprimoramento moral. Parece então haver uma crença nessa possibilidade de redenção pela literatura, que tantas críticas receberá a partir da segunda metade dos oitocentos. Assim, uma

literatura considerada menos verossímil, caso de Alexandre Dumas e George Sand, que são alocados por outros articulistas, na escola do ‘romance de imaginação’, são bem aceitos se tocam nessa tecla didática.

Essa coexistência mais ou menos pacífica entre a escola histórica e a imaginativa sofre, na trilha aqui seguida, um abalo nos inícios de 1860, quando Pessanha Póvoa comenta o romance histórico *O arrependimento*, de Rocha Pombo. A obra é ambientada, segundo se depreende da análise, no contexto da expansão bandeirante. Segundo Póvoa,

Este gênero de trabalho tem sido pouco cultivado entre nós [...].

A literatura, em outros países, se desenvolve, cresce e particulariza o caráter, a índole do povo que ela representa, porque vive daqueles costumes, de tudo enfim que entra, que constitui a vida duma nação. [...] é este o ponto pelo qual as literaturas doutros países nos excedem ainda; nós gostamos muito do fantástico porque somos ainda infantes, por isso há publicações que trazem o selo da nacionalidade no nome do autor que é conhecido, ou pela tipografia que está no Brasil. Grave erro! (PÓVOA, 1862, n. 13, p. 257).

A correção desse grave erro parece se dar através da valorização do histórico, como fez Rocha Pombo, frente ao dito fantástico.

Uma outra mudança, notada a partir de meados da década de 1860, é o destaque para os termos ‘realidade’ e ‘realismo’, o que vem a alterar os termos classificatórios para as escolas, passando a: ‘romances realistas’ *versus* ‘romances românticos’. É certo que não se trata ainda do realismo das histórias literárias, relacionando-se talvez ao realismo romântico, descrito por Fausto Cunha como votado às situações indecorosas, eróticas, de rebeldia moral, “O ‘realismo’ do *Estudante de Salamanca*, da *Noite na Taverna*, de ‘Uma Página de Escola Realista’...” (CUNHA, 1971, p. 17).

Porém, ao nos depararmos com as asserções que seguem, não parece ser esse tipo de representação as desejadas pela crítica acadêmica. Ao comentar o romance *Gennesco* que, segundo Candido (2006b), muito deve à obra de Álvares de Azevedo, o articulista Aldo cobra de Theodomiro Pereira que ele fosse um ‘romancista’, “não dessa escola que toma a nuvem por um sonho, e no exaltamento da febre quer dar-lhe uma forma, um sentimento, e no auge do entusiasmo descreve tipos impossíveis, verdadeiras utopias” ao que parece rechaçar os excessos românticos. Na continuação, nega também “essa escola exagerada de sofrimentos e paixões”, vendo como caminho “a escola da verdade, [...] que toma a família tal qual ela é, e a descreve visando sempre um fim útil”. (ALDO, 1864, n. 7, p. 3)

Aldo não é o único a criticar os excessos disso que, em outros autores, é chamado de ‘poética do feio’, inaugurada por Victor Hugo no intuito de renovar a literatura, mas que, degenerada por seus continuadores, teria se tornado uma aberração. Essa é a opinião de um

acadêmico que, na virada para os anos de 1870, não assina seu artigo, estampado no *Crisálida* e, ao tratar da escola realista, diz:

[...] por mais que a perscrutássemos não pudemos achar uma única face útil.

Primeiramente, nem ela é real, nem imaginaria. [...]

Não é real porque está muito longe de pintar a sociedade tal qual é.

Não é puramente fantástica por que busca-se na sociedade [...].

Em segundo lugar: a utilidade que dela pode emanar é realmente nenhuma, porque fazendo triunfar a virtude ao depois de mil descrições em que se vê o crime campeando altivo, cercado de aplausos e honras, pode muito facilmente infiltrar nos espíritos fracos o desejo de abraçar antes este do que aquela (ANÔNIMO, 1869, n. 6, p. 2).

É interessante observar que um dos autores mais criticados nesse artigo panorâmico chamado justamente ‘Estudos sobre literatura’ é Eugene Sue, o que sugere uma alteração nas possibilidades temáticas e morais do romance já que, em artigo de 1856, intitulado ‘Rápido paralelo entre Alexandre Dumas e Eugene Sue’, este é tomado como valoroso romancista, inclusive, capaz de pintar quadros de tamanho impacto moral e ideológico que sensibilizariam os leitores, duas décadas depois, a sua tendência realista é tomada como deletéria.

O romance nacional e a literatura comparada

O debate em torno das escolas literárias aponta para a curta janela dada ao romance de cunho mais imaginativo e quiçá transgressor (no caso de Sue e de um romance como *Lélia*, de Sand) na crítica acadêmica paulista, ciosa da utilidade moral. A constância que se pode observar e, inclusive, reforçar a crítica negativa ao realismo romântico é aquela que se volta à verossimilhança no trato com os costumes nacionais, linha perene desde Macedo Soares, que fez algumas ligeiras considerações sobre o gênero em 1857.

Para visualizarmos essa constância, observaremos trecho de uma das análises feitas acerca da *Iracema*, de Alencar, por um articulista que assina como Don Rodrigo y Mendoza:

Deve todo o brasileiro decorar o poema do Sr. Alencar, se quiser extasiar-se. É a lenda mais bela que temos. Os costumes dos selvagens são descritos com fidelidade e mestria. Recorra cada um às notas que acompanham o volume, e encontrará um tesouro de erudição e estudo.

As batalhas sangrentas do extinto povo americano, os mistérios do rito sagrado de Tupã, os sonhos deliciosos da *jurema*, mais doces que os do *hatchis*, as façanhas de Jacaúna, os feitos heroicos de Poty que depois se abraça à cruz, a sanha ciosa do feroz Irapuã, tudo isso trará inefáveis deleites. (MENDOZA, n. 4, 1866, p. 204)

Na passagem, não são repreendidas possíveis longas descrições do romancista, nem qualquer supervalorização de suas personagens, seja por atos de bravura ou por estarem levados por alucinações. Esse tipo de elemento é frequentemente rechaçado na crítica acadêmica,

sobretudo em relação às obras produzidas pelos membros da comunidade, prodigas em tentativas de registrar sonhos e sensações e/ou em construir perfis idealizados. É possível dizer que essas isenções na crítica de Mendoza podem ser explicadas pelo cunho nacionalista de *Iracema*, que serve aos intentos do veio central do nosso romantismo, assumindo um lugar de narrativa fundadora.

Assim, a crítica acadêmica acerca do romance, tanto pelos critérios adotados, recuperados da poética, quanto pela predileção pelas escolas com propensão realista, parece ter servido mais para tolher que para fomentar obras que se lançassem ao propósito do gênero romanesco, que vinha posto desde o primeiro artigo aqui comentado, a ideia de que se trata de algo variável, diverso, incontido.

Por conta desses compromissos ideológicos assumidos pela crítica e, de certa forma, impostos aos aspirantes a romancistas, torna-se relevante explorar os efeitos da consulta ao aporte teórico relacionado aos primórdios da literatura comparada, chamada à época, de estudos de literaturas estrangeiras. Ao trazer a pauta da impossibilidade do isolamento literário, ou seja, da intersecção entre diferentes tradições culturais, demonstrando o compartilhamento de temas, personagens e até mesmo narrativas milenares, sem mencionar os empréstimos constantes em épocas mais recentes, como evidenciam os estudos de Villemain concernentes às relações entre França e Inglaterra no século XVIII, por exemplo, autores como Edgar Quinet e Mme de Staël podem aportar uma visada mais cosmopolita à postura assumida nos artigos nos quais aparecem.

Para exemplificar esse último aspecto, é importante retornar a José de Alencar, considerando os quatro artigos que lhe são dedicados. Os dois artigos sobre *Iracema*, ambos de 1866, sem embasamento teórico explícito, ostentam a importância da obra por nos particularizar, nos dotando de uma genealogia, postura valorizada em diversos âmbitos do nosso romantismo, conforme propõe Flora Sussekind (1994).

Já a análise sobre *Diva*, publicado em 1864, embora não se isente de considerar a excelente representação dos traços reputados nossos, como a descrição dos bailes e da vida nas chácaras, não vê com maus olhos as influências das quais Alencar se vale para compor seus personagens. Acerca da personagem principal, ele considera que: “É sobretudo na pintura dos caracteres que o escritor se mostra grande. Que criação poética é esse de *Diva*! [...] *Diva* assemelha-se aos personagens de Octave Feuillet, já o disseram.” Para pontuar, após um rol de elogios, que “um só defeito encontrei nesse tipo: é a rude metamorfose por que ele passa logo no princípio da obra; o autor carregou demais o pincel quando esboçou a menina de quatorze

anos. De um retrato como esse é quase impossível tirar-se uma mulher bonita.” (MELLO, 1864, s. 2, n. 5, p. 91)

Parece pouco, mas não considerar defeito da protagonista o fato de ela não transbordar brasileirismos já é um diferencial num momento em que diversas obras eram criticadas negativamente se não levantassem a bandeira verde e amarela. Nesse sentido, essa margem de manobra presente na argumentação do articulista pode ser atrelada à consulta de um arcabouço teórico mais amplo, dialogando com autores que pensavam a constituição da nacionalidade literária de forma diversificada, caso de Edgar Quinet e Mme. de Staël, ambos citados por Mello.

A importância de se empregar um embasamento teórico mais coeso e, no caso aqui exposto, relacionado ao que hoje se compreende como literatura comparada, mostra-se ainda mais pertinente quando se considera o último dos artigos dedicados a José de Alencar. Publicado em 1871, esse texto procura fazer um balanço da obra do romancista publicada até ali. Para Moraes Carneiro, todos os romances alencarianos teriam contribuído à sua maneira para o processo de nacionalização da nossa literatura, listando tanto *A pata da gazela* quanto *O tronco de ipê* e *O gaúcho*. A seu ver, disposições em contrário tratam-se de “lugar comum” criado por escritores portugueses que insistem em dizer que “enquanto não transformarmos-nos em indígenas e romantizarmos as bananeiras, os coqueiros e as florestas, não teremos literatura.” (CARNEIRO, 1871, n. 6, p. 2)

Mesmo sem valer-se de nenhum aparato teórico, Carneiro recusa essa visão do estrangeiro que busca nos definir, apontando que entende a literatura como algo ‘cosmopolita’, em suas palavras. É importante ressaltar que, no momento de redação do seu artigo, os tempos são outros e já estamos às portas de um texto como “Instinto de nacionalidade” de Machado de Assis, publicado dois anos depois. Isso reforça a ideia de que, se um articulista pretendesse remar contra a maré montante de uma visão monolítica da literatura, no caso, do romance, ele deveria valer-se de um referencial mais sólido, considerando a sua potencial dissonância dos demais. E não qualquer referencial, mas aquele que lhe permitisse reconhecer variadas representações literárias como sendo pertinentes à constituição da identidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALDO. Crítica. *Imprensa acadêmica*, São Paulo, 1864, n. 7, p. 3.

ANÔNIMO. Estudos sobre a literatura. *A crisálida*, São Paulo, 1869, n. 6, p. 2-3

CAMILO, Vagner. *Risos entre pares: poesia e humor românticos*. São Paulo: Edusp, 1997.

CANDIDO, Antonio. “A literatura na evolução de uma comunidade”. In: _____. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006a.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 10ªed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006b.

CARNEIRO, Moraes. José de Alencar. *Imprensa acadêmica*, São Paulo, 1871, n. 6, p. 1-2.

CUNHA, Fausto. *O Romantismo no Brasil: de Castro Alves a Sousândrade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GARMES, Hélder. *O Romantismo Paulista: Os Ensaios Literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860*. São Paulo: Alameda, 2006.

MARTINS, Eduardo Vieira. *A fonte subterrânea: José de Alencar e a retórica oitocentista*. Londrina: Eduel, São Paulo: Edusp, 2005.

MELLO, Ramos. Impressões de leitura: Diva, de José de Alencar (2ª carta). *Revista Mensal do Instituto Científico*, São Paulo, 1864, s. 2, n. 5, p. 89-94.

MENDOZA, Don Rodrigo y. *Arquivo literário*, São Paulo, 1866, s. 1, n. 4, p. 202 – 205.

PAMPLONA, Z. A. Literatura paulistana. *Fórum literário*, São Paulo, 1861, 3, p. 20-21.

PÓVOA, Pessanha. Bibliografia e crítica literária: O arrependimento - Conto histórico de S. da Rocha Pombo. *Ensaaios literários do Ateneu Paulistano*, São Paulo, 1862, n. 13, p. 255-257.

SANTOS, A. Pereira dos. Rápido paralelo crítico entre Alexandre Dumas e Eugenio Sue. *O guaianá*, São Paulo, 1856, n. 4, p. 97-100.

SANTOS, João Cezário dos. A propósito de um romance (meu distinto amigo Sr. Joaquim Serra). *Imprensa acadêmica*, São Paulo, 1868, n. 6, p. 2-3.

SILVA, Pereira da. Breves considerações sobre o romance. *Ensaaios literários: jornal de uma associação de acadêmicos*, São Paulo, 1847, s. 1, n. 2, p. 3-7.

SILVA, Pereira da. Breves considerações sobre o romance. *Ensaaios literários: jornal de uma associação de acadêmicos*, São Paulo, 1847, 1847, s. 2, n. 1, p. 9-13.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ / EdUFF, 1999.

SUSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: Pizarro, Ana (org.). *América Latina: Palavra, literatura e cultura*. Volume 2 (Emancipação do discurso). São Paulo: Memorial / Campinas: Unicamp, 1994, p. 451-485.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das letras, 2010.